



GESM - Geração de Energia Sul de Minas S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 252K9-041-PB





Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Rua Juiz de Fora, 1.406 -
Salas 601 e 602, Santo Agostinho -
Belo Horizonte (MG) Brasil
T +55 31 3289-6000
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
GESM - Geração de Energia Sul de Minas S.A.
Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da GESM - Geração de Energia Sul de Minas S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da GESM - Geração de Energia Sul de Minas S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho, de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outro auditor independente, que emitiu relatório datado em 29 de fevereiro de 2024, com modificação de opinião relacionada à ausência de depreciação dos terrenos pelo prazo da concessão, assunto este endereçado pela administração da Companhia no presente exercício, sem impactos materiais nas demonstrações contábeis ora apresentadas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC MG-008.957/F-8

Daniel Menezes Vieira

Daniel Menezes Vieira
Contador CRC 1MG-078.081/O-1

Geração de Energia Sul de Minas S/A (GESM)

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.991	3.688
Contas a receber	5	824	754
Impostos a recuperar	6	15	23
Adiantamentos concedidos	7	6	37
Partes relacionadas	13	350	-
Outros ativos	8	119	121
Total do ativo circulante		8.305	4.623
Ativo não circulante			
Imobilizado	9	29.272	30.739
Intangível		3	4
Total do ativo não circulante		29.275	30.743
Total do ativo		37.580	35.366

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Geração de Energia Sul de Minas S/A (GESM)

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante			
Fornecedores	10	268	242
Obrigações sociais	11	129	106
Obrigações tributárias	12	93	106
Partes relacionadas	13	10	-
Total do passivo circulante		500	454
Passivo não circulante			
Provisões para riscos	14	46	-
Tributos diferidos	15	4.425	4.535
Total do passivo não circulante		4.471	4.535
Patrimônio líquido			
Capital social	17.1	176	176
Ágio na subscrição de ações	17.1	6.981	6.981
Ajuste de avaliação patrimonial	9.2	8.144	8.648
Reserva legal	17.1	35	35
Lucros acumulados	-	17.273	14.537
Total do patrimônio líquido		32.609	30.377
Total do passivo e patrimônio líquido		37.580	35.366

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Geração de Energia Sul de Minas S/A (GESM)

Demonstrações do resultado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	18	8.661	8.659
Custos da energia vendida	19	(4.947)	(4.240)
Lucro bruto		3.714	4.419
(Despesas) receitas operacionais			
Administrativas, comerciais e gerais	20	(949)	(910)
Despesas tributárias	-	-	(2)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos		2.765	3.507
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	21	585	293
Despesas financeiras	21	(3)	(11)
		582	282
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		3.347	3.789
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	22.1	(302)	(336)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	22.2	112	247
Lucro líquido do exercício		3.157	3.700

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Geração de Energia Sul de Minas S/A (GESM)

Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	3.157	3.700
(+/-) Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	3.157	3.700

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Geração de Energia Sul de Minas S/A (GESM)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Capital social	Ágio na subscrição de ações	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva legal	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022		176	6.981	9.195	35	12.991	29.378
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	3.700	3.700
Realização da reserva de reavaliação	9.2	-	-	(547)	-	547	-
Distribuição de dividendos	17.2	-	-	-	-	(2.701)	(2.701)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		176	6.981	8.648	35	14.537	30.377
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	3.157	3.157
Realização da reserva de reavaliação	9.2	-	-	(504)	-	504	-
Distribuição de dividendos	17.2	-	-	-	-	(925)	(925)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		176	6.981	8.144	35	17.273	32.609

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Geração de Energia Sul de Minas S/A (GESM)

Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		3.347	3.789
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	9.1	1.792	1.852
Provisão para riscos	14	46	-
Decréscimo (acrécimo) em ativos			
Contas a receber	5	(70)	52
Adiantamentos concedidos	7	31	(5)
Impostos a recuperar	6	8	-
Outros ativos	8	2	12
Partes relacionadas	13	(350)	-
Acrécimo (decrécimo) em passivos			
Fornecedores	10	26	4
Obrigações sociais	11	23	7
Obrigações tributárias	12	(11)	(28)
Partes relacionadas	13	10	-
Impostos sobre a renda pagos	22.1	(302)	(336)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		4.552	5.347
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Acrécimo do imobilizado	9.1	(325)	(1.300)
Acrécimo do intangível	-	1	(4)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(324)	(1.304)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos distribuídos	17.2	(925)	(2.701)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(925)	(2.701)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		3.303	1.342
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	4	3.688	2.346
No final do exercício	4	6.991	3.688
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		3.303	1.342

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

1. Contexto operacional

A GESM - Geração de Energia Sul de Minas S.A. (“GESM” ou “Companhia”), sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 07 de julho de 2012 e tem como objetivo **(i)** a geração de energia elétrica de origem hidráulica, inclusive com manutenção de redes de eletricidade e a medição de consumo de energia elétrica e **(ii)** o comércio atacadista de energia elétrica.

A Companhia é controlada pela NEC Operações e Participações em Energia Ltda., fazendo parte do grupo econômico formado pelas demais Companhias controladas.

A GESM gera energia elétrica vendida no mercado livre por meio das hidrelétricas PCH Congonhal I) e PCH Paes Leme, com capacidade instalada de 1,8MW e 1,90MW, respectivamente que possuem autorização junto a ANEEL para geração de energia hidrelétrica com um prazo de 30 anos, podendo ser renovado ao final desse período, restando ainda 10 anos da autorização vigente.

As CGH Congonhal II 0,428MW, CGH Pirambeira 0,528MW, CGH Henrique Portugal 0,800MW, e CGH Ribeirão, 0,180MW, possuem registro junto a ANEEL com prazo vitalício.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 28 de fevereiro de 2025.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, associadas às normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), cujos procedimentos e princípios se constituem nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1.1. Bases de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Principais políticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista denominados em Reais, com alto índice de liquidez e risco insignificante de mercado.

Os equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros na categoria custo amortizado e estão registrados pelo valor original, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, apurados pelo critério *pro rata temporis*, que equivalem aos seus valores de mercado, não havendo impacto a ser contabilizado no patrimônio líquido da Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

b) Contas a receber de clientes e outros recebíveis

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela venda de energia no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a estimativa para provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou *impairment*).

c) Imobilizado

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, os gastos devidamente segregados, ocorridos pela Companhia para a constituição de um novo ativo, incluindo, quando aplicável, os custos com financiamentos.

Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A Companhia utiliza o método e as taxas de depreciação para os itens ligados a operação de geração de energia elétrica, conforme normas definidas pelo órgão regulador do setor ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica.

Para os demais itens, a Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, apurada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas.

A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

Abaixo as taxas de depreciação por grupo adotadas pela Companhia:

	Taxa de depreciação
Reservatórios, barragens e adutoras	2,46%
Reservatórios, barragens e adutoras avaliação patrimonial	2,52%
Estruturas civis	14,10%
Estruturas civis avaliação patrimonial	3,70%
Máquinas e equipamentos	6,12%
Equipamentos de informática	29,47%
Equipamentos geradores de energia	6,59%
Equipamentos geradores de energia avaliação patrimonial	4,00%
Móveis e utensílios	2,26%

d) Intangível

Estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que possuem vida útil econômica definida, são amortizados levando-se em consideração sua vida útil, que reflete o benefício econômico dos referidos ativos intangíveis.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

e) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais e ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Para ativos é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: **(a)** reduzindo o valor contábil alocado à unidade geradora de caixa; e **(b)** a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

f) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados pelo custo ou valor justo.

Os custos da transação são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) e são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

g) Ativos financeiros

A classificação de ativos financeiros é baseada na sua forma de gerenciamento e em suas características de fluxos de caixa contratuais, sendo os mesmos classificados nas categorias de Custo Amortizado; Valor Justo por Meio de Resultados Abrangentes (VJORA) ou; Valor Justo por Meio de Resultado (VJR).

Os ativos financeiros da Companhia incluem basicamente o caixa e os equivalentes de caixa e as contas a receber, ambos reconhecidos considerando o custo amortizado.

h) Passivos financeiros

São classificados no reconhecimento inicial ao: **(i)** custo amortizado; **(ii)** mensurado ao valor justo por meio de resultado. Os passivos financeiros da Companhia, estão classificados como mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e incluem as contas a pagar a fornecedores.

i) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Se o prazo de liquidação é equivalente a um ano ou menos, as contas a pagar são classificadas no passivo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no passivo não circulante.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

k) Imposto de renda e contribuição social

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A Companhia efetua a apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime de lucro presumido. Com base nesse regime, o lucro tributável corresponde a 8% e 12% do faturamento, acrescido de outras receitas operacionais, para fins de imposto de renda e da contribuição social, respectivamente. Imposto de renda - calculado à alíquota de 15% sobre o lucro presumido tributável acrescido do adicional de 10% sobre o excedente de R\$ 240. Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro presumido tributável.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

l) Tributos diferidos

Os tributos diferidos ativos e passivos quando existentes, são reconhecidos sobre outras diferenças temporárias por diferenças temporárias tributáveis referentes a exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa e diferenças de base referentes a ganho de capital. São calculados às mesmas alíquotas dos tributos correntes, os quais são esperadas no momento de sua realização.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas na data do balanço.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

m) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituiu o princípio de riscos e benefícios. Para o reconhecimento da receita, a Companhia adotou os seguintes procedimentos:

1. identificação do contrato com o cliente;
2. identificação das obrigações de desempenho no contrato;

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

3. determinação do preço da transação;
4. alocação do preço da transação; e por fim,
5. reconhecimento da receita quando (ou conforme) a obrigação de desempenho for cumprida.

3. Normas revisadas com adoção a partir de 1º de janeiro de 2024

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- i) O que se entende por direito de adiar a liquidação;
- ii) Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras;
- iii) Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a Companhia exercer seu direito de adiar; e
- iv) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da Companhia de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

IAS/IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma Companhia.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

Alterações à IFRS 10/ CPC 36 (R3): Demonstrações consolidadas

Em julho de 2024, o IASB (*International Accounting Standards Board*) emitiu o documento "Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11", que incluiu pequenas alterações à IFRS 10 (Demonstrações Consolidadas), que também afeta o CPC 36 (R3) no Brasil. Essas alterações fazem parte do ciclo contínuo de melhorias anuais, com o objetivo de esclarecer ou corrigir questões pontuais nas normas contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Alterações principais à IFRS 10 no "Volume 11": As alterações em **IFRS 10** são pequenas revisões, mas com um impacto relevante na aplicação da norma e na interpretação do controle para fins de consolidação.

i) Esclarecimento sobre a perda de controle: O IASB fez um esclarecimento sobre como as empresas devem tratar a perda de controle de uma subsidiária. A norma agora deixa mais claro o momento exato em que o controle é considerado perdido. Isso é especialmente importante para transações que envolvam venda de subsidiárias ou mudança no controle de uma subsidiária. Uma revisão detalhada dos passos que devem ser seguidos para avaliar se o controle foi realmente perdido, com foco na dados em que o controle deixa de existir.

ii) Avaliação do controle quando há influências externas: A revisão também aborda situações em que o controle de uma participação pode ser afetado por influências externas, como acordos com outras Empresas ou acionistas. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

3.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024

As normas e interpretações alteradas ou emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações à IAS 21/ CPC 02: Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade

As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível, e como determinar a taxa de câmbio quando não for. As alterações afirmam que uma moeda é conversível por outra moeda quando a Companhia consegue obter a outra moeda dentro de um período que permite um atraso administrativo normal e através de um mecanismo de mercado ou cambial no qual uma transação de câmbio criaria direitos e obrigações exequíveis.

A Companhia avalia se a moeda é conversível por outra moeda na data de mensuração e para um fim específico. Se a Companhia conseguir obter apenas um valor insignificante da outra moeda na data de mensuração para o fim específico, a moeda não é conversível por outra moeda.

A avaliação sobre se a moeda é conversível por outra moeda depende da capacidade da Companhia de obter a outra moeda e não de sua intenção ou decisão de fazer isso.

Quando a moeda não é conversível por outra moeda na data de mensuração, a Companhia deve estimar a taxa de câmbio à vista naquela data. O objetivo da Companhia ao estimar a taxa de câmbio à vista é refletir a taxa na qual uma transação de câmbio organizada ocorreria na data de mensuração entre participantes de mercado em condições econômicas vigentes.

As alterações não especificam como a Companhia estima a taxa de câmbio à vista para atender esse objetivo.

A Companhia pode usar uma taxa de câmbio observável sem ajuste ou outra técnica de estimativa.

Além disso, o IASB realizou alterações importantes na IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro para alinhar com a e fazer referência à IAS 21 revisada para fins de avaliação da conversibilidade.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025, sendo permitida adoção antecipada. A Companhia não pode aplicar as alterações retrospectivamente e deve aplicar as disposições de transição específicas incluídas nas alterações.

A Companhia não espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações contábeis.

IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Contábeis

A IFRS 18 substitui a IAS 1 – Apresentação das demonstrações contábeis e introduziu novas exigências para:

- i)** apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado;
- ii)** apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações contábeis; e

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

iii) melhorarias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações.

A Companhia deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando a Companhia aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.

A Companhia espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações contábeis.

IFRS 7 e 9 - Instrumentos Financeiros

Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações aos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 e divulgação da IFRS 7. As alterações têm como objetivo:

- i) esclarecer que um passivo financeiro é desreconhecido na data de liquidação, ou seja, quando a obrigação relacionada é liquidada ou cancelada ou expira o passivo de outra forma que se qualifica para desreconhecimento;
- ii) introduzir uma opção de política contábil para desreconhecer passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de pagamento eletrônico, antes da data de liquidação;
- iii) esclarecer como avaliar as características contratuais do fluxo de caixa de ativos financeiros que incluem características ambientais, sociais e de governança e outras características contingentes semelhantes;
- iv) esclarecer o tratamento de ativos sem recurso e instrumentos vinculados contratualmente;
- v) exigir divulgações adicionais para ativos e passivos financeiros com termos contratuais que fazem referência a um evento contingente, incluindo aqueles que estão vinculados a ESG, e instrumentos patrimoniais classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia não espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações contábeis.

As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026.

3.2. Estimativas e julgamentos contábeis

A Companhia faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro, baseada na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- **Nota Explicativa nº 09** – mensuração da depreciação de ativos: principais premissas na determinação da vida útil.
- **Nota Explicativa nº 09** – estimativas sobre perdas de ativos fixos: principais premissas na determinação do valor recuperável de ativos.
- **Nota Explicativa nº 15** - reconhecimento de passivos fiscais diferidos: aplicação dos conceitos de diferenças temporárias no regime de lucro presumido.
- **Nota Explicativa nº 14** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	68	60
Aplicações financeiras	6.923	3.628
Total	6.991	3.688

Em 2024 as aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário - CDB - DI, com risco insignificante de perda de valor, junto ao Itaú, são remuneradas a taxas de mercado de 100,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (100,00% do CDI em 2023).

5. Contas a receber

	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber de clientes - Receita não faturada	824	754
Total	824	754

O saldo de contas a receber é substancialmente representando por energia comercializada em dezembro de 2024, cujos recebimentos ocorreram integralmente em janeiro de 2025.

6. Impostos a recuperar

	31/12/2024	31/12/2023
ICMS	14	14
ICMS Difal e ISS	1	-
INSS	-	9
Total	15	23

7. Adiantamentos concedidos

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos a fornecedores	5	29
Adiantamentos salariais	-	8
Adiantamentos para viagens	1	-
Total	6	37

8. Outros ativos

	31/12/2024	31/12/2023
Seguros a apropriar	119	121
Total	119	121

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

9. Imobilizado

9.1. Movimentação dos exercícios

Custo	Equipamentos													Total
	Terrenos	Equipamentos geradores de energia	Reservatórios, barragens e adutoras	Estruturas civis - Usinas	Terrenos - avaliação patrimonial	Reservatórios civis - Usinas - Avaliação patrimonial	Estruturas civis - Usinas - Avaliação patrimonial	Equipamentos geradores de energia - Avaliação patrimonial	Imobilizado em andamento	Equipamentos de informática	Veículos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	
Saldo em														
31 de dezembro de 2022	3.314	17.151	1.341	3.193	51	5.561	3.619	12.277	638	18	60	284	199	47.706
Aquisições	-	35	-	-	-	-	-	-	1.249	-	-	16	-	1.300
Transferências e reclassificações (i)	-	904	-	483	-	-	-	-	(1.887)	-	-	-	500	-
Saldo em														
31 de dezembro de 2023	3.314	18.090	1.341	3.676	51	5.561	3.619	12.277	-	18	60	300	699	49.006
Aquisições	-	26	-	-	-	-	-	-	263	-	-	2	34	325
Saldo em														
31 de dezembro de 2024	3.314	18.116	1.341	3.676	51	5.561	3.619	12.277	263	18	60	302	733	49.331
Depreciação acumulada														
Saldo em														
31 de dezembro de 2022	-	(6.835)	(360)	(1.083)	-	(1.390)	(1.340)	(4.913)	-	(11)	(60)	(279)	(144)	(16.415)
Depreciação	-	(910)	(33)	(118)	-	(140)	(133)	(491)	-	(1)	-	(3)	(23)	(1.852)
Saldo em														
31 de dezembro de 2023	-	(7.745)	(393)	(1.201)	-	(1.530)	(1.473)	(5.404)	-	(12)	(60)	(282)	(167)	(18.267)
Depreciação	-	(754)	(32)	(168)	-	(141)	(134)	(491)	-	(3)	-	(3)	(66)	(1.792)
Saldo em														
31 de dezembro de 2024	-	(8.499)	(425)	(1.369)	-	(1.671)	(1.607)	(5.895)	-	(15)	(60)	(285)	(233)	(20.059)
Imobilizado, líquido 2023	3.314	10.345	948	2.475	51	4.031	2.146	6.873	-	6	-	18	532	30.739
Imobilizado, líquido 2024	3.314	9.617	916	2.307	51	3.890	2.012	6.382	263	3	-	17	500	29.272

(i) A movimentação de transferência e reclassificações em 2023 para ativação dos itens, refere-se aos itens adquiridos para a recuperação das unidades UG2 e UG1, bem como a recuperação do canal, a modernização das medições de nível e a instalação de novos condutos. Essas ações foram realizadas ao longo do ano com o objetivo de melhorar a eficiência e a funcionalidade do sistema.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

No exercício de 2024, foi conduzido um estudo interno e o inventário físico nas usinas de fontes hídricas do grupo. Este procedimento foi realizado sob a supervisão da equipe técnica interna, em conjunto com uma consultoria especializada, que realizou visitas in loco a cada uma das unidades operacionais. Durante o levantamento, foram cuidadosamente avaliados o estado de conservação dos ativos, bem como a sua vida útil, considerando as condições operacionais de cada usina. O objetivo principal deste processo foi assegurar a adequada conciliação entre os registros contábeis do ativo imobilizado e o inventário físico, garantindo a precisão e a integridade das informações patrimoniais.

9.2. Ajustes de avaliação patrimonial

A movimentação dos saldos do custo atribuído ao imobilizado, bem como da reserva de avaliação e os tributos diferidos, está demonstrada a seguir:

	Custo atribuído imobilizado	Reserva de avaliação	Tributos diferidos
Saldo em 31 de dezembro de 2022	13.868	9.195	4.715
Realização do exercício	(764)	(547)	(260)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	13.104	8.648	4.455
Realização do exercício	(767)	(504)	(260)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	12.337	8.144	4.195

10. Fornecedores

O saldo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está assim demonstrado:

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores de serviços e mercadorias	268	242
Total	268	242

11. Obrigações sociais

O saldo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está assim demonstrado:

	31/12/2024	31/12/2023
Salários a pagar	36	27
Provisão de férias	52	41
FGTS a recolher	4	4
INSS a recolher	14	14
Provisão para encargos sobre férias e 13º salário	18	15
Outras obrigações sociais	5	5
Total	129	106

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

12. Obrigações tributárias

O saldo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está assim demonstrado:

	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ a recolher	36	41
CSLL a recolher	26	27
Cofins a recolher	19	23
Tributos retidos na fonte	4	3
PIS a recolher	4	5
ICMS a recolher	4	7
Total	93	106

13. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são reconhecidas considerando as condições acordadas entre as partes.

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante		
NEC Energia Participações S.A.	350	-
Total	350	-
Passivo circulante		
BEI Brasil Energia Inteligente LTDA	10	-
Total	10	-
Resultado		
BEI - Brasil Energia Ltda. (i)	830	164
NEC Energia Participações S.A. (ii)	810	782
Total	1.640	946

(i) A BEI presta serviços de intercompany de O&M¹ que se refere ao reembolso de custos e despesas incorridos pela empresa relacionados à operação e manutenção (O&M) das usinas do grupo. Esses reembolsos abrangem despesas com manutenção preventiva e corretiva, conservação dos ativos, planejamento estratégico e operação remota das usinas, assegurando a eficiência e a continuidade das operações do grupo.

(ii) Os valores referem-se do rateio de compartilhamento de custos e despesas do Centro de Serviços Compartilhados do Grupo NEC, para as empresas participantes do grupo econômico, conforme critérios definidos pela Administração.

14. Provisões para riscos

Riscos prováveis	31/12/2024	31/12/2023
Contingências ambientais	46	-
Total	46	-

Riscos possíveis

A Companhia é parte em outros processos que foram classificados pela Administração como de risco de perda possível, com base na opinião de seus assessores jurídicos, portanto, nenhuma provisão foi constituída para tais processos. O total de causas classificadas como possíveis correspondem ao montante de R\$ 57 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 8 em 2023).

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

15. Tributos diferidos

	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ diferido	3.217	3.301
CSLL diferida	1.159	1.189
PIS e Cofins diferidos	49	45
Total	4.425	4.535

Abaixo apresentamos a movimentação dos saldos:

Movimentação	CSLL	IRPJ	PIS / Cofins	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.262	3.491	32	4.785
Estorno de tributos diferidos sobre receita não faturada do ano anterior	(17)	(22)	(18)	(57)
Imposto diferido sobre receita não faturada	8	9		17
Receita não faturada		-	754	
Alíquota de PIS e Cofins sobre receita não faturada	9%	25%	3,65%	
Tributos diferidos	-	-	28	28
Receita financeira não resgatada	54	54	54	
Alíquota	9%	25%	4,65%	
Tributos diferidos	5	14	3	22
Imobilizado (realização)	(764)	(764)		
Alíquota	9%	25%		
Tributos diferidos	(69)	(191)	-	(260)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.189	3.301	45	4.535
Estorno de tributos diferidos sobre receita não faturada do ano anterior	(9)	(11)	(26)	(46)
Imposto diferido sobre receita não faturada	9	7	3	19
Receita não faturada		-	824	
Alíquota de PIS e Cofins sobre receita não faturada	9%	25%	3,65%	
Tributos diferidos	-	-	30	30
Receita financeira não resgatada	430	430	-	
Alíquota	9%	25%	-	
Tributos diferidos	38	108	-	145
Imobilizado (realização)	(767)	(767)		
Alíquota	9%	25%		
Tributos diferidos	(69)	(191)	-	(260)
Saldo em 31 de dezembro 2024	1.159	3.217	49	4.425

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

16. Remuneração do pessoal chave da Administração

Os administradores da Companhia renunciaram ao recebimento de remuneração contemplada nos atos constitutivos da Companhia ou, conforme aplicável, nos atos societários que registraram a sua correspondente eleição para os cargos atualmente ocupados.

17. Patrimônio líquido**17.1. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o capital social da Companhia é de R\$176 totalmente integralizado, representado por 176.000 (cento e setenta e seis mil) ações ordinárias.

Em 2012, a Companhia subscreveu 19.350 novas ações, sem valor nominal para um novo sócio não controlador, as quais foram integralizadas com um ágio equivalente a R\$ 6.981.

A Companhia constitui reserva legal em exercícios anteriores, que totalizou R\$ 35. Ao constituir a referida reserva a Companhia atinge o limite requerido pela Lei das Sociedades Anônimas.

17.2. Distribuição de dividendos

Em 12 de abril de 2024, conforme Estatuto Social ficou deliberado, sem quaisquer objeções, a distribuição de dividendos obrigatórios aos acionistas no importe total de R\$ 925 (R\$ 2.701 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

18. Receita operacional líquida

O saldo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está assim demonstrado:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta de geração de energia	8.211	8.280
Receita não faturada	824	754
Receita bruta	9.035	9.034
(-) ICMS	(46)	(46)
(-) PIS	(58)	(59)
(-) Cofins	(267)	(271)
(-) Impostos sobre receita não faturada	(3)	1
Deduções	(374)	(375)
Receita operacional líquida	8.661	8.659

19. Custos da energia vendida

O saldo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está assim demonstrado:

	31/12/2024	31/12/2023
Custo com depreciação e amortização	(1.792)	(1.852)
Custo com serviços de terceiros	(1.197)	(973)
Utilidades e serviços	(352)	(175)
Compra de energia elétrica	(547)	(215)
Custo com pessoal	(767)	(755)
Encargos setoriais	(220)	(185)
Materiais	(36)	(41)
Liquidação financeira CCEE	(31)	(44)
Meio ambiente	(5)	-
Total	(4.947)	(4.240)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

20. Despesas administrativas comerciais e gerais

O saldo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está assim demonstrado:

	31/12/2024	31/12/2023
Rateio de despesas administrativas (i)	(811)	(782)
Serviços de terceiros	(75)	(2)
Utilidades e aluguéis administrativos	(13)	(118)
Provisões para riscos	(46)	-
Outras	(4)	-
Depreciação e amortização	-	(8)
Total	(949)	(910)

(i) O rateio se trata do compartilhamento de custos e despesas do centro de serviços compartilhado do Grupo NEC, conforme critérios definidos pela administração.

21. Resultado financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	578	284
Outras receitas financeiras	7	9
Total	585	293
Despesas financeiras		
IOF	(1)	(2)
Juros e multa	(1)	(9)
Tarifa bancária	(1)	-
Total	(3)	(11)
Resultado Financeiro, líquido	582	282

22. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia efetua a apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime de lucro presumido.

22.1. Imposto de renda e contribuição social - Corrente

	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta de geração de energia	8.965	9.086
Percentual de presunção	8%	8%
Lucro presumido	717	727
Rendimento de aplicações financeiras	148	230
Outras receitas financeiras	7	9
Base de cálculo do IRPJ	872	966
Alíquota de 15%	131	145
Adicional de 10%	60	71
IRPJ - Corrente	191	216
Receita bruta de geração de energia	8.965	9.086
Percentual de presunção	12%	12%
Lucro presumido	1.076	1.090

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

	31/12/2024	31/12/2023
Rendimento de aplicações financeiras	148	230
Outras receitas financeiras	7	9
Base de cálculo da CSLL	1.231	1.329
Alíquota	9%	9%
CSLL - Corrente	111	120
Imposto de renda e contribuição social - corrente	302	336

22.2 Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido

	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber de clientes - Receita não faturada	824	754
Percentual de presunção	8%	8%
Lucro presumido sobre receita não faturada	66	60
Alíquota de 15%	10	9
IRPJ - Diferido	10	9
Percentual de presunção	12%	12%
Lucro Presumido sobre receita não faturada	99	90
Alíquota	9%	9%
CSLL - Diferido	9	8
Imposto de renda e contribuição social - diferido	19	17
Estorno provisão ano anterior	(17)	(22)
IR e CSLL Diferido s/ receita não faturada	2	(5)
Receita financeira não resgatada	430	54
Alíquota de IRPJ e CSLL	34%	34%
IRPJ e CSLL Diferido s/ receita financeira não resgatada	146	18
Amortização anual do imobilizado reavaliado	(767)	(764)
Alíquota de IRPJ e CSLL	34%	34%
IRPJ e CSLL Diferido s/ reavaliação de imobilizado	(260)	(260)
IRPJ e CSLL Diferido do exercício	(112)	(247)

23. Instrumentos financeiros**23.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros**

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar a fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento em até 12 meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

		31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros			
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	6.991	3.688
Contas a receber	Custo amortizado	824	754
Total		7.815	4.442
Passivos financeiros			
Fornecedores	Custo amortizado	268	242
Total		268	242

23.2 Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco hidrológico e GSF (*Generation Scaling Factor*);
- Risco de não renovação das concessões;
- Risco regulatório;
- Risco socioambiental.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia.

i) Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados por ela, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos, de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia está exposta ao risco de crédito, derivado do curso normal de suas atividades operacionais, principalmente em relação a contas receber, incluindo depósitos em instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos com caixas e equivalentes de caixa são administrados pela Tesouraria da Companhia de acordo com as regras de negócios e as políticas internas. Para mitigar riscos, os recursos excedentes são investidos, substancialmente, em aplicações financeiras de curto prazo e renda fixa, consideradas de baixo risco, nas principais instituições financeiras, previamente aprovadas pela diretoria.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Contas a receber com clientes

O risco de crédito com clientes, está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. A análise de crédito visa minimizar os eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

iii) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, administrando assim os riscos de liquidez para a Companhia.

iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

v) Risco hidrológico e GSF (Generation Scaling Factor)

A geração de energia elétrica da Companhia depende diretamente de condições hidrológicas, uma vez que todo o seu parque gerador é hidrelétrico.

As usinas que compõem o parque gerador hidroelétrico da Companhia participam do Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"), que tem como objetivo fazer com que todos os geradores participantes, comercializem o montante de sua garantia física, independentemente de sua produção real, realocando e transferindo a energia excedente dos empreendimentos que geraram acima de sua garantia física para aqueles que geraram abaixo.

Quando o conjunto de usinas participantes do MRE não produz energia suficiente para atender ao somatório de suas respectivas garantias física, verifica-se uma situação de déficit (medido pelo risco hidrológico "GSF") que resulta em exposições financeiras negativas para esses geradores, independentemente do nível de geração individual de cada usina.

Desta forma, a ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação dos geradores de entrega da energia, pode resultar na exposição ao mercado de energia de curto prazo ao Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD"), cujos preços, nos períodos de condições hidrológicas desfavoráveis, tendem a ser elevados, podendo afetar seus negócios, condição financeira e resultados operacionais.

vi) Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

vii) Risco socioambiental

A Companhia está sujeita a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores a multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

A Companhia considera estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

24. Seguros

Seguro operacional

Em 15 de dezembro de 2024, foram renovadas as coberturas de seguro para riscos operacionais definido pelo segurado e/ou ao Limite Máximo de Garantia da Apólice (LMG), nos termos das Condições Contratuais, o pagamento de indenização por prejuízos decorrentes dos riscos cobertos, causados a Prédios, Maquinas, Móveis e utensílios, Equipamentos, Mercadorias, Matérias-Primas e Estruturas Civis próprias e/ou de terceiros, inclusive bens de terceiros sob guarda e/ou custódia do segurado que façam parte do Valor em Risco Declarado das Centrais Geradoras., com vigência até 15 de dezembro de 2025, no montante limite de R\$50.000 para as empresas co-seguradas do grupo **(i)** Brito Energética Ltda.; **(ii)** BEI – Brasil Energia Inteligente Ltda.; **(iii)** GESM – Geração de Energia Sul de Minas S.A.; **(iv)** Pacífico Mascarenhas Ltda.; **(v)** Costa Rica Energética Ltda.; **(vi)** CEI – Energética Integrada Ltda.; **(vii)** Areal Energias Renováveis Ltda.; **(viii)** Maynard Energética Ltda. ; **(x)** Rio Novo Energias Renováveis Ltda.; **(xi)** Rio Preto Energias Renováveis Ltda.; **(xi)** Triade Energias Renováveis Ltda.

Seguro de responsabilidade civil

Em 29 de novembro de 2024, foram renovadas as coberturas de seguro para riscos de responsabilidade civil conforme as condições gerais, e em conformidade com as condições especiais e particulares convencionadas na apólice, assumindo o compromisso de garantir, até o limite máximo de indenização, ou, quando aplicável, até o sublimite, limite agregado, ou limite máximo de garantia, o pagamento das quantias devidas e/ou reembolsar as despendidas, pelo segurado, nas reparações de danos materiais e/ou pessoais e/ou morais e/ou estéticos causados involuntariamente a terceiros, incluindo os custos de defesa e as despesas de salvamento e de contenção de sinistro, contanto que satisfeitas a todas as seguintes circunstâncias: **(i)** que as reparações e despesas acima aludidas sejam conseqüentes de riscos cobertos por este seguro, ocorridos durante a sua vigência, dentro do âmbito geográfico vinculado a cobertura correspondente, **(ii)** que as reclamações dos terceiros prejudicados tenham sido formalizadas durante a vigência da apólice, ou durante os prazos prescricionais em vigor; **(iii)** que o valor das reparações haja sido fixado por sentença judicial transitada em julgado ou decisão arbitral irrecurável, ou ainda, por acordo entre segurado e os terceiros prejudicados, com anuência prévia e expressa da Seguradora; **(iv)** que as despesas incorridas com salvamento e contenção de sinistro, sejam comprovadas, ou, na ausência de comprovantes, confirmadas por vistoria, avaliação ou perícia técnica da Seguradora e que decorram de riscos por ele cobertos com vigência até 29 de novembro de 2025 e montante limite de R\$ 9.000 para todas as empresas cosseguradas. **(i)** Brito Energética Ltda.; **(ii)** Brasil Energia Inteligente Ltda. (BEI); **(iii)** Geração de Energia Sul de Minas S.A. (GESM); **(iv)** Pacífico Mascarenhas Ltda.; **(v)** Costa Rica Energética Ltda.; **(vi)** Energética Integrada Ltda. (CEI); **(vii)** Areal Energias Renováveis Ltda.; **(viii)** Maynard Energética Ltda.; **(ix)** Energia Limpa Participações Ltda.; **(x)** Rio Novo Energias Renováveis Ltda.; **(xi)** Rio Preto Energias Renováveis Ltda.; **(xi)** Triade Energias Renováveis Ltda.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelo nosso auditor independente.

25. Eventos subsequentes

A Companhia adota procedimentos internos para identificação e, quando necessário, ajuste ou divulgação dos eventos subsequentes ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de aprovação pela diretoria.

Entre 31 de dezembro de 2024 e essa data, a Administração não identificou eventos subsequentes que requeressem reconhecimento ou divulgação em suas demonstrações contábeis.

* * *

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Maria Tereza Diniz Carneiro

Maria Tereza Diniz Carneiro

Diretora

CPF: 013.460.826-77

Maurício Aquino Halewicz

Maurício Aquino Halewicz

Diretor

CPF: 694.701.200-78

Gisele Aparecida Rocha Nogueira

Gisele Aparecida Rocha Nogueira

Contadora

CRC-MG 115.330-O-6

CPF: 013.652.846-54